



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
6ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
Apelação Nº 0027064-39.2010.8.26.0000

Voto nº 11.001

Registro: 2012.0000586020

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0027064-39.2010.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes LINDINALVA GALVÃO GONDIN (JUSTIÇA GRATUITA), ANA PAULA GALVÃO GONDIN (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e THAINA GALVÃO GONDIN (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), é apelado FAZENDA DO ESTADO.

ACORDAM, em 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores LEME DE CAMPOS (Presidente) e EVARISTO DOS SANTOS.

São Paulo, 22 de outubro de 2012.

Maria Olívia Alves
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
6ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
Apelação Nº 0027064-39.2010.8.26.0000

Voto nº 11.001

Apelação nº 0027064-39.2010.8.26.0000

Apelante: Lindinalva Galvão Gondin

Apelada: Estado de São Paulo

Comarca: 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Juiz: Dr. Marcelo Sergio

APELAÇÃO – Indenização por danos materiais e morais – Falecimento do marido e pai das autoras - Acidente de trânsito atribuído ao preposto do réu - Improcedência – Pretensão de reforma – Impossibilidade – Ato de terceiro – Prova a afastar o nexo causal - Precedentes – Sentença mantida – Recurso não provido.

Trata-se de pedido de indenização por danos materiais e morais, ajuizado por ***Lindinalva Galvão Gondin, Ana Paula Galvão Gondin e Thaina Galvão Gondin*** contra o ***Estado de São Paulo***, em razão do falecimento de ***Ari de Brito Gondin***, marido e genitor, respectivamente, das autoras, em acidente de trânsito.

Conforme sentença de fls. 226/234, o pedido foi julgado improcedente e as autoras condenadas ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), observada a gratuidade da justiça.

Inconformados, recorrem as vencidas e pugnam pela reforma da decisão. Sustentam, em síntese, que o conjunto probatório é firme em demonstrar a culpa exclusiva do preposto da ré (fls. 236/238).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 241/251).

Por fim, os representantes do Ministério Público manifestaram-se pelo provimento do recurso (fls. 253 e 257/261)

Voto nº 11.001

É o relatório.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conhecimento do recurso, mas lhe nego provimento.

O pedido foi formulado com base na culpa pelo acidente de trânsito que vitimou o pai e marido das autoras, atribuída ao preposto do réu.

Mas, ainda que fosse considerada a hipótese de responsabilidade objetiva do Estado, sustentada, neste caso, pelo Ministério Público, impunha-se o julgamento de improcedência do pedido.

É que a prova reunida no processo evidenciou que o acidente foi fruto da ação de terceiro, e não da ação ou omissão do preposto do réu.

Desde o início, Wilson, condutor do veículo do réu, sustentou ter sido obrigado a sair da pista de rolamento para evitar colisão frontal com caminhão que invadiu a contramão de direção.

E essa versão foi confirmada pelo condutor do outro veículo também envolvido no acidente.

Sebastião, nas duas oportunidades em que foi ouvido, disse que o motorista do veículo Saveiro (referindo-se ao preposto do réu) foi obrigado a ingressar no acostamento, para evitar a colisão frontal com outro caminhão que, em ultrapassagem, invadiu a contramão de direção (fls. 163).

Além disso, o laudo pericial traz descrição do acidente compatível com essa versão e nesse sentido também foi o relato da

Voto nº 11.001

autoridade policial.

O único testemunho, aliás, que atribui a culpa pelo acidente ao preposto do réu não pode ser considerado, pois foi apresentado por pessoa que informou não ter presenciado o acidente (fl. 201).

Como se vê, na verdade, a prova é no sentido de que o acidente foi causado por terceiro condutor.

Ou seja, além de não haver prova da culpa do preposto do réu, ficou afastado o nexo causal, necessário para o reconhecimento da responsabilidade objetiva do Estado.

Nesse mesmo sentido, já foi julgado por este Eg. Tribunal de Justiça:

“APELAÇÃO – Responsabilidade Civil – Acidente de veículo - Choque entre o veículo da municipalidade e um caminhão – Afastada a responsabilidade do município, vez que comprovado o fato de terceiro - Dever de indenizar por parte do motorista do caminhão - Indevido o pagamento de pensão vitalícia - Recursos desprovidos.”

(Apelação nº 994.08.180390-2, Relator: Des. Sergio Gomes, j. 07.07.10, v.u.).

“RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - Acidente de veículo - Pedido de indenização por danos material e moral em razão da morte da mãe - Falecida que era passageira de veículo de propriedade da Prefeitura Municipal de Platina, conduzido por funcionário público - Existência de causa excludente da responsabilidade – Culpa exclusiva de terceiro - Ação julgada improcedente em primeiro grau – Recurso desprovido.”

(Apelação nº 990.10.024142-7, Relator: Des. Wanderley José Federighi, j. 23.06.10., v.u.).

Portanto, a r. sentença merece ser mantida e seus fundamentos ficam, no mais, repisados no presente voto, na forma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
6ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
Apelação Nº 0027064-39.2010.8.26.0000

Voto nº 11.001

regimentalmente permitida.

De fato, dispõe art. 252, do Regimento Interno, deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que:

“nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la”.

Ante o exposto, pelo meu voto ***nego provimento*** ao recurso.

MARIA OLÍVIA ALVES
Relatora